

Visão empresarial da CIP e do MEDEF para uma Europa competitiva, segura e forte

A Europa enfrenta um momento decisivo face à intensificação da concorrência global que se intensifica, enquanto que as empresas europeias enfrentam pesados encargos regulamentares e preços da energia elevados que estrangulam a sua capacidade de investimento e crescimento. A União Europeia (UE) deve atuar de forma decisiva para proteger a sua economia e indústria. O reforço da sua liderança industrial e tecnológica é fundamental para manter a competitividade e a sustentabilidade de longo-prazo da Europa.

Portugal e França partilham uma visão comum para uma Europa competitiva, segura e forte. Neste contexto, e aproveitando a oportunidade da Visita de Estado do Presidente da República Francesa a Portugal, em 28 de fevereiro de 2025, no Porto, a Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e o Mouvement des Entreprises de France (MEDEF), a seguir designados por “as Partes”, reafirmam o seu empenho no reforço da sua cooperação. Acordam em colaborar mais estreitamente em áreas-chave – nomeadamente Energia, Defesa, Inovação e Mobilidade – para enfrentar desafios comuns, e promover um quadro regulamentar favorável às empresas, de forma a reforçar a competitividade europeia e impulsionar o crescimento económico.

1. Fomentar um futuro energético sustentável que assegure a neutralidade tecnológica

A segurança energética e a competitividade estão no centro do futuro industrial da Europa. Enquanto os EUA beneficiam de custos energéticos mais baixos e de independência energética, a UE enfrenta um fosso persistente – importando 60% das suas necessidades energéticas e pagando quase o dobro pela eletricidade. Esta disparidade enfraquece a indústria europeia, expõe as empresas à volatilidade dos preços e cria vulnerabilidades estratégicas.

França e Portugal, tirando partido das suas estratégias energéticas complementares, devem acelerar a transição ecológica, reforçando simultaneamente a resiliência da Europa.

As Partes comprometem-se a:

- Defender uma abordagem pragmática, tecnologicamente neutra e orientada para a inovação, para garantir que todas as tecnologias com baixo teor de carbono – incluindo a nuclear, o hidrogénio, as energias renováveis, a eletrificação e a captura de carbono - recebam um apoio igual e justo;
- Aumentar a implantação da energia com baixo teor de carbono para criar um cabaz energético robusto e diversificado;
- Transformar a descarbonização industrial através de uma abordagem tecnologicamente neutra que salvegarde a competitividade e, ao mesmo tempo, estabeleça um modelo empresarial viável para as energias limpas, impulsionando

- a Investigação e Desenvolvimento (I&D) e o investimento em soluções inovadoras, como a eficiência energética avançada e a captura de carbono;
- Construir os sistemas energéticos do futuro através da colaboração no armazenamento de energia da próxima geração, na otimização da rede baseada em IA (Inteligência Artificial) e em soluções de gestão da procura para aumentar a flexibilidade e a estabilidade;
 - Ligar a espinha dorsal da energia da Europa através do avanço de projetos de infraestruturas transfronteiriças, incluindo interconexões de eletricidade e gás, para garantir cadeias de abastecimento, promover a integração do mercado e assegurar a soberania energética a longo prazo.

2. Defender o futuro da Europa: ação urgente para um avanço industrial e estratégico

A Europa encontra-se num momento decisivo para a sua segurança. A guerra na Ucrânia veio sublinhar que a guerra moderna é uma batalha industrial de resistência, que exige uma produção sustentada, uma logística resiliente e um ecossistema de defesa forte. Para garantir a autonomia estratégica num mundo cada vez mais volátil, a UE deve agir de forma decisiva para reforçar a sua indústria de defesa.

As Partes comprometem-se a:

- Desenvolver a base industrial de defesa da Europa, reforçando a cooperação em tecnologias e sectores fundamentais, como o desenvolvimento de software, a defesa espacial e os sistemas autónomos. Deverá ser criado um fundo de investimento comum para financiar projetos entre Estados-Membro e harmonizar os contratos públicos militares;
- Acelerar a inovação revolucionária no domínio da defesa através de iniciativas alargadas de I&D no âmbito do Fundo Europeu de Defesa;
- Reforçar a capacidade de produção e a resiliência da cadeia de abastecimento através da criação de parcerias industriais transfronteiriças para garantir as cadeias de abastecimento e expandir a capacidade de produção em tempos de crise. A Europa deve diversificar urgentemente as suas fontes de abastecimento e reduzir a sua dependência das importações de materiais estratégicos. Para o efeito, é necessário desenvolver instalações mineiras e de transformação na Europa, constituir reservas estratégicas de semicondutores e de elementos de terras raras e garantir acordos comerciais com parceiros fundamentais. A finalização dos acordos de comércio livre, incluindo o Acordo UE-Mercosul, apresenta igualmente oportunidades de ganhos mútuos importantes através do reforço da cooperação geopolítica, económica, e em matéria de sustentabilidade e de segurança;
- Modernizar as aquisições e a interoperabilidade através da criação de uma Agência Europeia de Contratos Públicos Militares para coordenar a aquisição conjunta de equipamento, promover a normalização e aplicar a investigação, e o desenvolvimento e a conjunto de equipamento de defesa;
- Defender o aumento do investimento europeu na defesa através de um Fundo Europeu de Defesa Estratégica independente, financiado por um mecanismo de

despesa comum da UE, flexibilizando simultaneamente as regras orçamentais para facilitar o aumento das despesas nacionais com a defesa.

3. Impulsionar as tecnologias do futuro: elevar o investimento em I&D para 3% do PIB

Para manter a Europa na vanguarda da inovação mundial, o reforço da investigação e do desenvolvimento não é negociável. Enquanto a UE investe atualmente cerca de 2,2% do seu PIB em I&D, os EUA já atingem 3,6%, o que constitui um fator essencial para o crescente défice de competitividade da Europa. França e Portugal devem assumir a liderança na promoção da transformação digital, no reforço da liderança tecnológica e na construção de um ecossistema europeu de inovação próspero.

As Partes comprometem-se a:

- Assegurar um maior financiamento da UE para a I&D, a fim de garantir que as empresas europeias possam competir a nível mundial em sectores tecnológicos estratégicos. A consecução do objetivo de 3% exige uma reafectação audaciosa de recursos - incluindo os do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) – para impulsionar descobertas nos domínios da IA, da energia e da biotecnologia. A soberania económica da Europa e a sua liderança nas tecnologias do futuro dependem disso;
- Criar uma DARPA europeia para colmatar o fosso crescente em matéria de inovação em relação a outras grandes economias. O Conselho Europeu de Inovação (CEI) deve evoluir para uma agência de grande impacto, segundo o modelo da DARPA americana, que conta com um orçamento de 4 mil milhões de dólares dedicado à investigação de “alto risco e alta recompensa”. Esta agência deve funcionar com total autonomia, dando prioridade a projetos que mudem o jogo e sendo dirigida por cientistas e gestores de projetos de alto nível;
- Reforçar as parcerias público-privadas no domínio da investigação aplicada. A criação de mais centros de investigação co-financiados pela UE e pelo sector privado – potencialmente como uma iniciativa França-Portugal – acelerará os avanços tecnológicos e a inovação impulsionada pela indústria;
- Tirar partido dos contratos públicos para apoiar as tecnologias inovadoras. Os contratos públicos representam cerca de 14% do PIB da UE, o que os torna um poderoso motor de I&D. Para aproveitar este potencial, a Europa deve implementar um “Buy European Tech Act”, inspirado no Buy American Act, para garantir um maior apoio às tecnologias nacionais.

4. Promover uma mobilidade inteligente e sustentável

França e Portugal devem unir forças para reinventar a mobilidade para uma Europa mais verde, mais inteligente e mais conectada. Ao serem pioneiros em soluções de transporte de ponta, os dois países impulsionarão a inovação, acelerarão a descarbonização e reforçarão a integração económica, fazendo da mobilidade um pilar do crescimento sustentável da Europa. A mobilidade sem descontinuidades, inteligente e ecológica é mais do que um desafio em termos de infraestruturas – é um acelerador económico, um equalizador social e um imperativo climático. Ao atualizar as redes de transportes e ao

promover a mobilidade transfronteiriça dos trabalhadores, França e Portugal liderarão a próxima revolução da mobilidade na Europa.

As Partes comprometem-se a:

- Revolucionar os transportes urbanos e de longa distância, investindo em soluções de mobilidade autónomas e integradas, elétricas e de energia com baixo teor de carbono, implantando uma gestão de tráfego baseada em IA e desenvolvendo redes de transportes públicos inteligentes, partilhadas e conectadas através da mobilização de recursos financeiros privados e públicos;
- Promover a multimodalidade e a interoperabilidade entre os diferentes modos de transporte, assegurando simultaneamente uma concorrência leal;
- Transformar a infraestrutura de transportes da Europa com corredores ferroviários de alta velocidade, logística marítima neutra em termos de carbono e sistemas multimodais de transporte de mercadorias da próxima geração para aumentar a eficiência, reduzir as emissões e criar um ecossistema comercial sem descontinuidades;
- Assegurar a cibersegurança adequada do sector dos transportes e da logística, explorar plenamente o potencial dos dados de mobilidade de todos os modos de transporte e do transporte multimodal e apoiar o desenvolvimento e a implantação de sistemas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e de infraestruturas digitais;
- Promover a I&D revolucionária no domínio da mobilidade inteligente através de centros de inovação conjuntos, bancos de ensaio transfronteiriços para transportes sustentáveis e investimentos estratégicos em transportes públicos hipereficientes, transporte de mercadorias autónomo e aviação da próxima geração.

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

As Partes criarão um grupo de trabalho conjunto para acompanhar os progressos e promover a colaboração. Reuniões regulares avaliarão os resultados e explorarão novas oportunidades. O presente Memorando de Entendimento entra em vigor após a sua assinatura, servindo como um quadro de cooperação não vinculativo que pode ser revisto por mútuo acordo.

Assinado no Porto, em 28 de fevereiro de 2025.

Armindo Monteiro,

Presidente da CIP - Confederação Empresarial
de Portugal

Fabrice Le Saché,

Vice-Presidente do MEDEF

*Em nome de Patrick Martin, Presidente do
MEDEF*